
O IMANENTISMO ESTOICO NA ÉPOCA DO IMPÉRIO

Sidnei Francisco do Nascimento

Resumo:

O imanentismo na época imperial jamais deixou de lado o materialismo para falar a respeito do homem, do mundo e dos deuses. Essa filosofia admitia um agente de coesão ínsito na natureza como princípio do movimento, que conduz todas as coisas para o centro e gera a vida. O ecletismo proveniente dos diversos matizes do estoicismo antigo e médio concordava que existia uma lei natural e divina que governava o mundo e regia o movimento psíquico, o desejo, a volição e o pensamento.

Palavras-chave:

Imanentismo, ecletismo, materialismo, estoicismo, alma, natureza, metafísica, Zenão de Cício, Marco Túlio Cícero

Abstract:

The imperial immanentism then never put aside materialism to talk about man, the world and the gods. They assumed a cohesion agent within nature that was the beginning of the movement, that drives all things towards the center and generates life. The eclecticism originated from several nuances within schools of thought from ancient and middle stoicism agreed that there has been a natural and divine law that governed the world and constituted the psychic movement, desire, volition and thought.

Keywords:

Stoicism, materialism, nature, Marcus Tullius Cicero, immanentism, soul, metaphysics, eclecticism, Zeno of Citium

O imanentismo estoico na época do império

Desde a morte de Aristóteles a história da filosofia nos insere nos domínios da filosofia materialista que fora preponderante entre os gregos ao final da Antiguidade como resultado de intensas transformações. As guerras de Felipe e Alexandre, as relações comerciais e o intercâmbio cultural com a civilização do Oriente e conseqüentemente a expansão geográfica do mundo grego representavam a hegemonia política, econômica e cultural da Grécia no período helenístico. O cosmopolitismo dos gregos, resultado de conquistas e vitórias, fazia nascer no cidadão a sensação de que não estava mais limitado às fronteiras de sua cidade, pois, nesse momento de glórias, se sentia como um cidadão do mundo. Contexto que incidirá na representação que a filosofia estoica terá do mundo. Se o cidadão não estava mais limitado aos muros da cidade, da mesma forma o elemento divino, este “deus logos” como admitia Zenão, não residia apenas no mundo das ideias, mas permeava toda a realidade. O estoico atribuía o caráter divino à lei natural que consistia em comandar a coisa justa e proibir o contrário. A divindade não advinha mais do mundo transcendente e a hierarquia de mundos contida na cosmologia de Aristóteles deixava de ser preponderante.

A história relata que as ambições políticas dos gregos sofreram reveses, e do apogeu à queda, como “filhas da desesperança”, o epicurismo e o estoicismo se separavam das filosofias que almejavam o mundo ideal, superior e imutável. Diante da desilusão e das promessas de transcendência, o estoicismo rompia com a metafísica clássica e determinava um hiato entre o idealismo platônico e a filosofia neoplatônica, que por sua vez, foram assimilados séculos mais tarde pelos primeiros padres da Igreja para a elaboração da doutrina cristã.

Apesar de serem pensadores com personalidades diferentes e com interesses diversos, de Zenão a Cleantes, de Possidônio a Panécio, de Cícero a Marco Aurélio, do estoicismo antigo ao estoicismo da época imperial havia alguns elementos que proporcionavam ao estoicismo de um modo geral um perfil materialista, a saber, a física, a moral e a lógica. Tomaremos esses conceitos apenas como referências para compreendermos a peculiaridade da última fase do estoicismo que oscilava entre a teoria da reminiscência platônica e a teologia estoica. Utilizaremos inicialmente a noção de alma/*anima* compreendida pelo estoicismo antigo como *pneuma*, isto é, como

resultado da exalação do corpo sólido como contraponto de outra concepção de alma compreendida pela metafísica clássica como substância incorpórea.

Alguns, como Platão, dizem incorpórea a substância da alma; outros ao contrário, como Zenão e seu seguidores, dizem que está em condição de mover os corpos. E estes avançam a hipótese de que a **anima** fosse *pneuma*. (VON ARNIM, 2002, p. 73).

É importante ressaltar que a alma compreendida como *pneuma* e como sopro vital e princípio da vida possuía um componente material e se constituía como realidade corporal. Embora sejam termos que não possuem a mesma significação, Zenão não tinha dúvidas de que esse princípio vital fosse essencialmente material e corporal. A proximidade entre a concepção de alma imaterial e incorpórea e a outra material e corporal resultará no ecletismo contido nas obras filosóficas de Marco Túlio Cícero e será característico do estoicismo em sua última fase. A rigor o Arpinate não criou um sistema filosófico original; talvez por esse motivo a academia não o considerasse propriamente como filósofo. No entanto, se considerarmos a maneira como reagiu às filosofias que o precederam o colocaria no rol de pensadores que fizeram do diálogo e do confronto entre diversos sistemas filosóficos uma etapa marcante da história da filosofia.

Cícero nos diz em seu livro *Do Sumo Bem e do Sumo Mal* que o estoicismo concordava com os princípios da física que regiam o universo e o colocavam em movimento permanente, a saber, a causa e a força. Enquanto admitia que os eventos naturais não fossem incausados e possuíssem um movimento perene, a cosmologia estoica pressupunha a lei natural que regia o mundo celeste e a interação e o equilíbrio dos elementos que compunham a natureza abaixo da lua e mantinham a vida: a água, o ar, o fogo e a terra.

Do ponto de vista moral a conduta humana estava submetida à providência divina compreendida como uma rede de causalidades presidida por um determinismo universal. Assim a vontade humana estava inexoravelmente ligada a essa força motriz inerente à natureza onde não haveria liberdade se a vontade procurasse paralisar esse movimento. Os estoicos de um modo geral compreendiam a liberdade como a adesão da vontade em participar e escolher apenas uma das possibilidades constituídas por inúmeras circunstâncias das quais fazemos parte e também daquelas que não dependem de nós, mas que ao mesmo tempo nos envolvem e nos conduzem a situações

imprevisíveis. A conduta virtuosa consistiria em viver conforme a natureza; e o mal se definiria no que seria contrário à lei natural. O estoico Zenão em seu tratado sobre *A natureza* chamava o destino nem mais nem menos como a força motriz da matéria, não a distinguindo da providência e da natureza. Assim, a natureza poderia ser compreendida como um princípio de atividade inerente a cada ser.

O princípio de causalidade também se verificava no mundo da lógica. A ordem das proposições pressupõe a necessidade do antecedente para a compreensão do que virá a acontecer. A lógica estoica implica uma teoria da simpatia universal segundo a qual todos os indivíduos e fatos estão numa interação mútua, como pretende demonstrar o silogismo: “Se eu fosse um sábio viveria conforme a natureza; Ora, eu sou um sábio, portanto, vivo conforme a natureza”. Assim se verifica que o antecedente determina necessariamente o consequente, isto é, eu só serei sábio se tiver vivido conforme a natureza e não de outra maneira. Observamos uma rede de causalidades que pressupõe o mundo da necessidade. Agora, se eu não fosse um sábio não haveria outra maneira de viver conforme a natureza? O estoico responderia negativamente. Cícero em sua obra intitulada *Sobre o destino* nos diz que assim como o cone se movimenta diferentemente do cilindro, o sábio, ao contrário do ignorante, naturalmente não deliberaria contra a natureza universal. O sábio não viveria de outra maneira e a deliberação de sua vontade não seria outra senão seguir a lei natural. O mundo da necessidade não suprime a livre iniciativa da vontade que corresponde à ideia de natureza.

A filosofia imanentista da época imperial se constituía como eclética quando retomava o estoicismo antigo e médio e os colocava em evidência em detrimento da filosofia platônica, da aristotélica, da peripatética, dos epicuros, dos céticos, dos autores da nova academia ou da filosofia megárica. Cícero transitava entre as filosofias que o precederam, estabelecia confrontos, apontava contradições e propositalmente não tomava partido. Tratava de temas filosóficos não como um dialético, pois se opunha à concisão do discurso e àqueles que gostavam de falar de maneira ininterrupta exigindo que o interlocutor se limitasse apenas a ouvi-los até o fim em silêncio; não se utilizava da retórica forense recorrendo aos artifícios de linguagens, mas recorria à retórica socrática e por meio de perguntas e respostas se apresentava como um espectador atento e se constituía como cético.

A metafísica clássica que admitia que a alma estivesse vinculada ao mundo superior, transcendente e eterno fora deixada de lado em detrimento de uma filosofia imanentista que concebia a alma como corporal: não é o corpo que está dentro da alma, mas a alma dentro do corpo, explicação que se correspondia ao que os autores escolásticos chamavam de *forma immersa in materia* por oposição a *forma emergens e materia*. A primeira expressão indica que não há transcendência da alma em relação ao corpo e as diferenças entre o espiritual e o corporal são deixadas de lado em detrimento da concepção imanentista de alma. A segunda expressão, ao contrário, pressupõe um intelecto agente que recebe as imagens transformando-as em determinações inteligíveis separadas de sua natureza corpórea.

Num momento de crise determinada pela corrupção das morais públicas e privadas, tanto o mundo grego quanto o mundo romano ao final da Antiguidade não tinham mais esperanças nas promessas de transcendência promovidas pela filosofia platônica e pela teologia de Aristóteles. A purificação da alma e sua ascensão ao mundo das ideias não seria mais possível por meio da conduta contemplativa. A vida humana, o movimento dos astros e a totalidade dos organismos vivos que compõem o universo estavam irremediavelmente unidos para eternidade.

O racionalismo grego na época do império não oferecia respostas satisfatórias que aliviassem o peso de uma vida tumultuosa, agitada, cheia de lutas e combates incessantes, embora o idealismo platônico admitisse a eternidade da alma; mesmo assim, a república imaginária de Platão estava distante do ideal de cidade que pudesse seduzir a aristocracia romana. A alma como a grande viagem metafísica que a filosofia platônica proporcionava não satisfazia o anseio dos romanos, menos receptivos aos sonhos de ideal e do absoluto. Sabe-se que Cícero teve grandes dificuldades em ensinar a metafísica para os romanos porque esses prezavam os princípios práticos e sensatos adequados as suas histórias de vida.

Cícero jamais deixara de lado seu materialismo para explicar a constituição da alma e da vida, embora dialogasse com a reminiscência platônica quando se propunha a discorrer sobre a importância da memória (Fédon 72e-77d). Concordava com a ideia de que alma fosse constituída do composto de ar aspirado pelo corpo em contato com o sangue quente. Afirmava em sua obra intitulada *As Tusculanas* que não tinha vergonha em dizer que não sabia o que não sabia, a respeito da faculdade que nos permite

recordar, qual é sua força e sua origem, ou mesmo se a alma teria uma sobrevida com a sua separação do corpo. Nesse momento em que Cícero dialogava com a filosofia platônica poderíamos conjecturar (mesmo de maneira incipiente) o caminho que conduziria à espiritualização da noção de alma, que se verificará de maneira preponderante num outro contexto, que nos remete à imaterialidade da alma sugerida pela filosofia neoplatônica.

O Arpinate era da opinião de que seria difícil compreender a natureza da alma vinculada ao corpo, de compreender a natureza de alguma coisa que nunca vimos; no entanto, não há dúvidas que se pode compreender pelo pensamento não só a divindade mesma, senão também a alma divina liberada do corpo. Quando Apolo disse “conhece-te a ti mesmo” ele não queria dizer outra coisa senão “conheça a tua alma”. E Cícero nos relata ainda que essa máxima platônica socrática nos sugere que conhecer a alma não se constitui como algo divino, ele não atribui a uma divindade este preceito próprio de um espírito mais agudo. A alma se conhece pelo pensamento. O mesmo raciocínio que concebia o movimento perene do universo associado à ideia de imortalidade da alma concordava que o princípio do movimento, o qual se move por si mesmo, não poderia nascer e nem morrer.

A alma, em suma, tem consciência de que está em movimento e, ao mesmo tempo em que o adverte, toma consciência de que se move por sua própria força, não por uma estranha, e não pode suceder que alguma vez se abandone por si mesma. Assim se conclui sua eternidade a não ser que tenha (Marco Júlio Bruto) alguma objeção a fazer. (CÍCERO, 2005, p.150).

Especialmente em Cícero, diferentemente das escolas estoicas que o precederam, observamos uma oscilação referente à noção de alma proveniente de suas influências. Sabemos que de um modo geral a doutrina estoica preza pelo conceito de alma corporal; no entanto, a influência que tiveram os peripatéticos na construção da ideia de imortalidade e memória fora determinante para a compreensão da alma sob dois aspectos: por um lado, como resultado da exalação de sangue em contato com o ar aspirado e, por outro, que a memória seja uma qualidade inata, natural e involuntária da alma; “sendo consideradas qualidades voluntárias da alma as que pertencem às verdadeiras virtudes como a sabedoria, a temperança, a coragem, a justiça e outras virtudes da mesma sorte”. (CÍCERO, 1938, p.357)

Evidentemente se a memória não tem nada a ver nem com o coração, nem com o sangue, nem com o cérebro, nem com os átomos; não sei se tem com o sopro vital ou com o fogo, não me

envergonho, como aqueles, de admitir que eu não saiba o que não sei; o que eu estaria disposto a jurar, se eu pudesse fazer alguma afirmação sobre uma questão obscura é que a alma, seja hálito vital ou fogo, é divina. (CÍCERO, 2005, p.155).

A memória como um atributo da divindade está separada dos elementos que compõem o universo abaixo da lua. Em sua obra *Disputas Tusculanas*, Cícero considerava evidente que nenhum dos elementos naturais que compõem a natureza universal possa conservar o passado, prever o futuro e que possa ao mesmo tempo abarcar o presente. Assim o Arpinate transitava entre uma concepção materialista de alma e a teoria platônica das almas, “quando admitia que a própria alma possuísse características separadas dos elementos comuns e conhecidos”. (CÍCERO, 2005, p.155). No entanto, condizente com a filosofia estoica, nada poderá vir ao homem de outra fonte que não seja dos deuses. Para ratificar sua teoria sobre a imortalidade da alma Cícero diz que qualquer que seja sua natureza o que sente, conhece e vive é divino e deve ser celeste e divina e por essa razão, eterna. Assim a faculdade de recordar como potência da alma, bem como as virtudes que residem na alma, se manifestam como Causa eficiente da divindade.

Os filósofos estoicos em geral permaneciam, cada um a sua maneira, vinculados à concepção imanentista de alma; não é o propósito apresentá-los de maneira sistemática, numa ordem preestabelecida, que os identificaria como filósofos representantes do estoicismo antigo, médio e do estoicismo do império, mas relacionar apenas alguns autores, entre os quais Cícero que manifestava como seus predecessores o materialismo e a conseqüente concepção de alma inflamada (*Ex inflammata anima*) que possuía como causa eficiente o fogo artista, agente de coesão, que move o universo e gera a vida.

Compreende-se melhor o estoicismo antigo por volta do século III a.C. atrelado às teorias médicas, principalmente à escola siciliana,¹ que concebia o centro da vida humana no coração, e à escola hipocrática,² que pensava o cérebro como o órgão principal do corpo porque domina o organismo humano e suas funções. O estoicismo antigo se aproveitava das teorias científicas e rejeitava a especulação filosófica, que concebia a origem da vida a partir de um ser superior, bem supremo, perfeito e transcendente, que vivia além desse mundo, indiferente ao sofrimento humano.

¹ Fundada por Empédocles (490-430 a.C.).

² Fundada por Hipócrates (460-375 a.C.).

O materialismo proveniente do estoicismo incide na compreensão que os antigos tinham a respeito dos deuses, das leis que regem a sociedade política e de uma epistemologia que proclamava a alma como hegemônica e localizada no coração como princípio organizador do conhecimento onde estão contidos “a representação, o consenso, o impulso e o pensamento.” (VON ARNIM, 2002, p.71). O imanentismo estoico admitia que a compreensão da natureza, dos deuses e dos homens seria adquirida por meio do *logos* que reside em nossos corações.

A teoria da sensação implícita na filosofia estoica admitia que a ideia de *logos* constituído de ar inflamado e de sangue quente localizado no coração seria o elemento diretivo da alma, livre de todo movimento desordenado e que exercia, por sua vez, um controle sobre os desejos, os sentimentos e as paixões. Estas últimas, consideradas como verberações da alma irracional, se desviavam do *logos* e imprimiam um movimento contrário à natureza. Menos afeito à teoria do conhecimento que concebe a separação entre o intelecto e os sentidos, o estoicismo rejeitava qualquer teoria que propunha a separação entre forma e matéria por meio de um intelecto agente ou da teoria das ideias separadas como fonte e princípio do conhecimento verdadeiro liberado dos sentidos.

A filosofia estoica é de um animismo universal e de uma imanência total. Deus como realidade divina, corporal, e imanente, superior ao homem é o autor e o universo a sua obra. No livro *Sobre a Natureza dos Deuses* Cícero cita Cleantes e diz que ele distinguiu quatro causas pelas quais se explica a formação em nossas almas da ideia que temos dos deuses. A primeira é o conhecimento antecipado do futuro. Cleantes não admitia a adivinhação como uma crédula superstição (tipo ver na fissura de um fígado ou no grito de uma ave um sinal divino), mas fundamentava-se na organização divina do mundo e na simpatia universal. Dizia o estoico que o mundo estava organizado de tal forma que existia uma harmonia preestabelecida entre um acontecimento futuro e o sinal que o anuncia.

Compreende-se melhor a ideia de necessidade já mencionada anteriormente e a relação de causalidade entre o antecedente e o conseqüente. Assim a função dos augúrios na Antiguidade romana era importante para ratificar as decisões do Estado. Esses pontífices participavam das decisões mais importantes dos chefes de Estado e estes os consultavam com o intuito de se livrarem da cólera divina. Os augúrios se

valiam da lógica estoica para prever o futuro e se afastar da mera da superstição. Cícero era da opinião que a religião era um mérito e considerava a superstição como fraqueza, ritual muito comum dentro do império.

A segunda causa é a que imprime em nós a certeza de que deus existe pela abundância de bens que a natureza nos dispensa. Com sua eloquência peculiar e sua maneira dialogada de escrever Cícero nos faz refletir a respeito da fartura que a natureza nos dispensa. O Arpinate exalta a natureza e sua pontual regularidade quando nos diz que ela gera e conserva a vida. A água, o ar, o fogo, os astros celestes, tudo o que seja indispensável para a manutenção da vida no universo mantém a conservação das espécies. A vida se transforma e se reproduz como ramos que brotam entre as pedras, a espécie humana que morre e nasce ininterruptamente é o que move o ciclo do tempo com a mesma regularidade presente na sucessão dos dias e as diferentes estações do ano.

A terceira causa é o terror que nos inspira as catástrofes naturais. O homem pressente suas limitações diante dos eventos naturais, sobretudo quando estão fora de controle. A convicção de que a natureza é soberana, que não experimenta nenhuma pressão de fora, que se move por si mesma graças a uma atividade toda espontânea faz com que a identificamos com a presença de deus no mundo. O mundo é maior que o homem, embora sua identificação com o cosmos o faça sentir-se integrado no mundo, como cidadão do mundo e não como parte do todo. O homem e a divindade participam de uma mesma natureza, pois ambos possuem razão e convivem dentro da cidade compreendida como o mundo inteiro, onde coabitam homens e deuses.

Esse homem ainda, quando terá observado a fundo o céu, a terra, os mares e a natureza universal; que ele verá donde vêm todas as coisas, onde elas devem ir, quando e como elas perecerão, o que há nelas de mortal e de frágil, o que há de divino e de eterno; quando o distinguirá por assim dizer o deus que é o regulador e o mestre, que ele reconhecerá que não é mais limitado pelos muros de uma cidade, habitante de uma região limitada, mas concidadão do mundo inteiro como uma vila única. (CÍCERO, 1959, p.35).

A última causa que nos faz compreender a presença dos deuses no mundo é a ordem que reina no universo com permanente regularidade, como um cálculo divino presente na natureza que se identifica com a noção de lei natural (*naturalem legem*) divina e princípio de tudo. Deus é intelecto e a lei natural difusa em tudo se identifica com Ele. A ética estoica, insustentável na época de Cícero diante da realidade que vivia, admitia que o bem supremo fosse viver em conformidade à natureza. A conduta virtuosa

deve seguir a ordem divina e natural. Não há nenhum povo que tomando a natureza por guia não pudesse alcançar a virtude. As leis que convêm à vida social devem se adaptar à constituição política, ao Estado, à magistratura e aos poderes dirigentes. Zenão atribuía um caráter divino à lei natural e sustentava que sua força consistisse em “comandar a coisa justa e proibir o contrário.” (VON ARNIM, 2002, p.81).

O sistema estoico era de um empirismo imediato, de um materialismo radical e não possuía nada de uma doutrina profunda a respeito da origem da vida. A vida humana era constituída de um sopro vital, de um *élan* vital localizado no coração, que fazia com que o sangue penetrasse, animasse e movesse o corpo inteiro.

Todo ser vivo possui ar e um sopro quente que constitui a vida. O corpo humano, vivo, é constituído de sangue quente, do ar que respiramos, e de certa umidade. A desordem interna entre essas funções provocaria a morte. Para os estoicos antigos a morte da alma é causada pela perda de sangue. “A alma é uma exalação de sangue ou ao menos ela se nutre das exalações que se liberam do sangue”. (VERBEKE, 1945, p.24). Com a morte do corpo a alma e a exalação de sangue se esvaem. A sobrevivência da alma só é admitida por Zenão por alguns instantes depois da morte. Para Cleantes, mesmo que sejam apenas por alguns instantes de sobrevivência, pertencem apenas à alma dos sábios, embora ambos concordassem que a alma se esvaísse para sempre num espaço infinito. (VON ARNIM, 2002, p.31).

Os estoicos admitiam que o universo possuísse as mesmas funções vitais que o corpo humano. As explicações que davam sobre a origem do universo e de Deus são derivadas da constituição dos seres vivos. A cosmobiologia contida no estoicismo é compreendida por meio da interação entre mundo e organismos vivos que o compõem, destacando que esses organismos só se mantêm animados por meio dos elementos naturais: água, o fogo, o ar e a terra.

Para refletir a respeito da ideia de ordem que se parece com aquela contida em uma obra de arte, Cícero retomava o estoicismo de Panécio e relacionava essa harmonia perfeita entre os elementos naturais à característica racional que a natureza possui.

Assim, se as melhores coisas são aquelas que a natureza produz com brevidade, que são feitas com arte, mesmo sem qualquer razão, no entanto, não há natureza desprovida de razão para executá-las (CICERO, 1935, p. 34, tradução nossa).

Quanto ao significado do elemento éter e sua importância para a formação do mundo, e também quanto ao significado de mundo, o escritor Gerard Verbeke, em seu livro *L'Évolution de la doctrine du pneuma du Stoicisme a S. Augustin*, diz que o estoicismo antigo pensava o éter como o lugar da inteligência, como alma do mundo. Esse lugar, onde reside o princípio diretor do universo, pode ser considerado como Deus, tal o grau de perfeição que o éter possui. Quanto ao significado de mundo, esse não pode ser identificado com o universo em sua totalidade, mas, mais precisamente, com as esferas fixas ou com o mundo sideral.

A passagem das explicações biológicas para as cosmológicas se compreende a partir do elemento fogo, não o fogo grosseiro que transforma o combustível em sua própria substância, mas o “fogo artista” que compõe a vida vegetativa e animal, como a substância do sol e de todos os corpos celestes. Esse fogo que penetra e envolve tudo o que existe no mundo também move e anima o mundo inteiro.

Existe uma quarta causa, aquela que possivelmente posta em movimento circular transforma o céu, o sol, a lua, os astros e toda diferença, variedade, beleza, ordem, pela qual o próprio aspecto das coisas indicaria suficientemente não ser natural. (CICERO, 1935, p. 15, tradução nossa).

Esse “fogo artista” é a alma do mundo, que não podemos compreender como o primeiro motor de Aristóteles e nem como o Bem supremo de Platão, pois suas filosofias, diferentemente do sistema estoico, parecem distantes do mundo em que vivemos. Zenão, o estoico, era da opinião que “a alma fosse fogo e reiterava que o fogo fosse da mesma natureza que gerasse a vida de cada ser, a mente e os sentidos.” (VON ARNIM, 2002, p.71).

O Deus dos estoicos não é um Deus helênico.³ Para justificar o orientalismo contido na filosofia dos estoicos recorro ao livro de Émile Bréhier *A Filosofia de Plotino*, quando o autor se refere ao orientalismo contido no neoplatonismo de Plotino em *Eneadas VI,5,5*: “A natureza divina é infinita; ela não é limitada. Isso quer dizer que ela jamais nos faz falta; e se ela não nos faz falta é porque está presente em todas as coisas”. (PLOTINO, *apud* BRÉHIER, 1999, p.124). A providência estoica e a mística plotiniana aditam um deus que circula através de todo o universo. A tese do orientalismo

³ Essa concepção imanentista de divindade seria de origem oriental. Os grandes nomes da escola estoica foram os nomes dos gregos da Ásia menor, dos Egípcios e dos Babilônios. Na época de Plotino fora a Síria e com Proclo foram os Caldeus.

dispersa nestas filosofias admite uma natureza divina presente em todas as coisas. Entre os organismos vivos e o Cosmos há uma interdependência de elementos que se entrecruzam, se complicam e se completam. A constituição da alma está ligada aos elementos naturais que compõem o universo. O que Cícero nos diz a respeito da alma constituída de ar inflamado?

Porém, esta alma, que se supõe fosse gerada em quatro etapas, nas quais todas as coisas são determinadas a permanecer. Com respeito à alma inflamada, permanece como deseja Panécio: a mais elevada a ser avistada; sendo assim, é necessário que alcance e ocupe o lugar mais elevado. (CICERO, 2005, p.18, tradução nossa).

A alma é corpo e como tal justifica a ideia de que a natureza é um grande organismo vivo. Não há apenas um princípio superior, transcendente, que seja a causa de tudo o que existe. Não há um princípio por meio do qual tudo foi criado. Não há uma ideia de finalidade, de transcendência, de hierarquia entre Deus, homem e mundo, porque tudo está em Deus e a divindade penetra em todas as coisas. (VON ARNIM, 2002, p.81).

O princípio vital não pode ser compreendido como um princípio unificador, porque sua constituição depende da colaboração dos elementos naturais diferentes entre si. A simpatia entre os elementos ar, fogo, terra, água e éter cria o universo. Sua constituição é plural. Esse “fogo artista” penetra o universo e dá vida à matéria amorfa. Se concebêssemos um princípio ativo como esse *élan* vital e um passivo, como o corpo, compreendendo-o como matéria amorfa, não recorreríamos ao dualismo platônico e à consequente separação que existe entre alma e corpo? A resposta seria negativa, porque o princípio ativo não seria constituído de um elemento mais nobre ou diferente da matéria. Os estoicos sustentavam que deus escorre através da matéria como o mel no favo. A matéria para eles se equivale a deus. (VON ARNIM, 2002, p.81).

O dualismo platônico recorre à separação entre *logos* e matéria e admite a diferença entre mundo superior e inferior. O primeiro motor de Aristóteles também está separado da complicação que existe entre os elementos da natureza que existem sob a lua. Para Platão o *logos* nos conduz ao Bem supremo. Ao contemplar o mundo das ideias a alma se separa do corpo e ganha asa novamente, porque sabemos que segundo a tradição platônica o corpo é prisão da alma e sua liberação do corpo será o momento de purificação (Tim.35a).

Se seguirmos as premissas desenvolvidas por Zenão de Cício a respeito da separação entre a alma e o corpo observaremos que a alma é corpo e que nada de incorpóreo pode se separar do corpo. A separação entre a alma e o corpo só acontece porque a alma e o corpo são constituídos de um mesmo princípio. O silogismo desenvolvido pelo estoico é o seguinte: “nada de incorpóreo pode se separar do corpo; nenhuma realidade incorpórea poder ter contato com o corpo, porém a alma tem contato com o corpo e se separa do corpo: por isso é corpórea.” (VON ARNIM, 2002, p.73). O princípio é pensado a partir da simpatia que deve existir entre os diferentes elementos da natureza.

A matéria para os estoicos não possui o mesmo grau de indeterminação que possui para Aristóteles. O estagirita via principalmente, dentro da alma, o princípio formal que informa a matéria, enquanto os estoicos, coerentes com suas teses materialistas, dão mais importância à causa eficiente (o fogo), porque admitem que a matéria, mesmo não tendo uma organização determinada, não possui o mesmo grau de indeterminação como o princípio material de Aristóteles. A função que a alma ocupa dentro do sistema estoico é de coesão e organização, mas uma organização diferente do que há dentro do sistema de Aristóteles, ou seja, uma organização especial adaptada aos fenômenos da vida, como por exemplo ao fenômeno da reprodução e divisão das espécies.

Podemos perceber o elemento comum que se manifesta e define o estoicismo como o caráter corporal da alma e a imanência de Deus. O estoicismo da época imperial tendeu, em alguns momentos, em direção à filosofia platônica. O estoicismo de Sêneca admitia a inteligência superior à matéria e concordava que a inteligência fosse uma parcela de divindade. *Sacer spiritus* ou *divinus spiritus*: frases que se atribuem a Sêneca e concordam com a passagem de *consitus spiritus*, uma concepção de alma corporal, para *divinus spiritus*, uma concepção de alma incorpórea.

A filosofia de Sêneca da mesma maneira como fora a de Cícero se distanciava de uma concepção mais tradicional do estoicismo quando deixava de lado o materialismo, tendendo à cosmologia platônica. Sêneca admitiria a imaterialidade da alma? Não é dentro do estoicismo que encontraríamos respostas para justificar sua intuição mística, ou que admitiríamos o encontro do homem com Deus depois dessa vida. Sêneca expressava sua epistemologia materialista quando concebia a alma constituída de ar.

Que tenha unidade de ar, a coesão interior de nossos corpos também é o suficiente para demonstrá-la. O que é em efeito o que os mantém, senão o espírito? E nossa alma? O que é que a coloca em ação, senão o ar? O que é talvez esse movimento de ar senão uma tensão? Qual tensão se não advém da unidade? De qual unidade poderia ser a questão se não tivesse a unidade dentro do ar? O que é por sua vez que faz brotar os frutos e as colheitas frugais, que tira do sol as árvores verdejantes, os estabelece em ramos e os dirige para as alturas, se não é a tensão e a unidade de ar? (SÊNECA, 1929, 61).

A filosofia estoica é muito consequente com ela própria, pois sempre rejeitou qualquer teoria da transcendência a respeito do homem, do mundo e de Deus e jamais deixou de lado seu imanentismo. Momentos em que Cícero refutava a teoria dos estoicos abriam caminhos para a espiritualização da noção de alma que se desenvolverá com o neoplatonismo e a consequente teologia cristã. A reminiscência platônica, a cosmologia de Aristóteles, a filosofia peripatética, os acadêmicos, o ceticismo de Carneade por meio de seu discípulo Clitomaco se constituíram grandes adversários do dogmatismo do século II da era cristã e fizeram do estoicismo do Império os últimos resquícios de um materialismo tão fecundo.

REFERÊNCIAS

ARNIN, HANS VON. **Stoici antichi. Tutti Frammenti.** Tradução de Roberto Radice. Milão: Bompiani, 2002.

BOISSIER G. **Cícero e seus amigos: Estudo da Sociedade Romana do Tempo de César.** Tradução de Licurgo Gomes da Mota. Rio de Janeiro: Editorial Peixoto, 1945.

BRÉHIER, É. **La Philosophie de Plotin.** Paris: Vrin, 1999.

BRUN, J. **O estoicismo.** Tradução de João Amaro. Lisboa: Edições 70, 1986.

CÍCERO. **Dos Deveres.** Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____ **Da República.** Tradução de Amador Cisneiros. Bauru: Edipro, 1995.

_____ **Do sumo bem e do sumo mal.** Tradução de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **Disputaciones Tusculanas.** Tradução de Alberto Medina González. Madrid: Gredos, 2005.

_____ **Traité des lois.** Tradução de Georges de Plinval. Paris: Les Belles Lettres, 1959.

_____ **Du bien suprême et des maux les plus graves.** Tradução de Charles Appuhn. Paris: Librairie Garnier Frères, 1938.

_____ **De la nature des dieux.** Tradução de Charles Appuhn. Paris: Garnier Frères, 1935.

_____ **Traite du destin.** Tradução de Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 1944.

SÊNECA. **Questions Naturelles.** Tradução de Paul Oltramare. Paris: Les Belles Lettres, 1929.

VERBEKE, G. **L'évolution de la doctrine du pneuma – Du stoïcisme a S. Augustin.** Paris: Desclée de Brower, 1945.